

OS DESAFIOS DOS INDÍGENAS XAVANTES DE PERMANECER NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

José Roberto TserenharíweRunhari¹
Prof. Me. Deise Palaver Garcia²

Resumo:

Os povos indígenas passam por inúmeras dificuldades para terminarem a Educação Superior. O Processo de ter acesso à graduação é inversamente proporcional à permanência. Assim o artigo tem por objetivo apontar os principais desafios enfrentados pelos indígenas Xavantes de permanecer na Educação Superior. Dessa forma foi realizada uma pesquisa de natureza básica e de forma qualitativa e quanto aos procedimentos técnicos uma pesquisa bibliográfica. Entre os principais obstáculos foi apontado a questão financeira, desvalorização da cultura, preconceito, isolamento dos trabalhos em grupo e sobretudo a questão da língua. Considera-se que ações como oficinas temáticas para conscientização da população acadêmica e comunidade, inserção de tutores bilíngues e capacitados e que sejam disponibilizados nas escolas dos territórios e nas zonas urbanas irão minimizar a distância dos não indígenas com os indígenas. Portanto as autoridades competentes como o Ministério da Educação, secretarias municipais e estaduais da Educação se unam e em conjunto minimizem ou erradiquem essas diferenças sofridas pelos povos indígenas, em especial os xavantes que são grande maioria em Barra do Garças e nas cidades vizinhas.

Palavras-chaves: Povos Indígenas, comunidade acadêmica, língua, inserção.

Abstract:

Indigenous peoples go through countless difficulties in completing higher education. The process of gaining access to graduation is inversely proportional to permanence. Therefore, the article aims to point out the main challenges faced by indigenous Xavantes in remaining in Higher Education. In this way, a basic and qualitative research was carried out and, regarding technical procedures, a bibliographical research was carried out. Among the main obstacles were financial issues, devaluation of culture, prejudice, isolation of group work and above all the issue of language. It is considered that actions such as thematic workshops to raise awareness among the academic population and community, insertion of bilingual and trained tutors and that are made

¹ Aluno do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

² Professor do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Barra do Garças.

available in schools in the territories and in urban areas will minimize the distance between non-indigenous people and indigenous people. Therefore, the competent authorities such as the Ministry of Education, municipal and state departments of Education come together and together minimize or eradicate these differences suffered by indigenous peoples, especially the Xavantes who are the vast majority in Barra do Garças and neighboring cities.

Keywords: Indigenous Peoples, academic community, language, insertion.

1. Introdução

Historicamente, de acordo com Gomes et.al (2018) o Ensino Superior começou na Europa por volta do século XII ao século XIV sob a autoridade da Igreja Católica e voltada para a educação dos nobres. Nesse período o Ensino Superior era desprovido de planejamentos educacionais ou voltado para a pesquisa. Porém no século XVII assume características voltadas à pesquisa sobre temas da época, fomentando debates e a profissionalização dos estudantes. Então surgem as instituições da Educação Superior renomadas que deixam os limites da Europa e chegam às Américas e exercem tendências europeias nos modelos de educação desses países, chegando ao Brasil.

Contudo, a educação superior no Brasil já tinha forte influência da Igreja Católica que tinham algumas instituições mantidas pelos jesuítas que ofereciam os cursos de Filosofia, Teologia, Artes ou Ciências Naturais, bem como as mantidas pelos franciscanos com cursos voltados para a formação dos padres da ordem, também com os cursos de Filosofia e Teologia. Porém somente com a vinda da família real que se tem uma consistência efetiva nesse nível de formação (FLORES, 2017).

Observa-se que os estudos a nível superior não abrangiam todas as pessoas, mas, se caracterizava de maneira elitizada e restrita, ainda segundo Flores (2017), nessa perspectiva torna-se necessária a democratização, ou seja, ao cesso deverá ser para todos os brasileiros e a partir de 1964 alguns professores e estudante vinculados a UE-União Nacional dos Estudantes e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC deram os primeiros passos para a democratização do Ensino Superior.

No entanto, o governo militar foi bastante contraditório no processo educacional superior, pois, ao mesmo tempo que incentivou, por volta de 1968, a expansão de universidades públicas também foi conduzida a permitir de maneira voltada para questões econômicas do país e de

empresários a abertura de universidades particulares, ainda, agrava-se a perseguição de professores e intelectuais que era contra o atual regime de governo (MARQUES, 2013). Assim

A universidade deixa de ser a referência privilegiada de organização deste nível de ensino, multiplicando-se, a partir dos anos 70, instituições isoladas de educação superior, impulsionadas por forte demanda, pela alegada escassez de recursos financeiros na esfera pública e pela possibilidade de grandes lucros a atrair a atenção da iniciativa privada (MARQUES, 2013, p.70)

Já no século XX, o ensino superior passou por uma transformação significativa ao abrir-se para atender não apenas à elite, mas também à população em geral. Porém um estudo dos anos 1990 revelou que apenas uma pequena porcentagem de estudantes de baixa renda estava matriculada, tanto em instituições públicas quanto privadas. A maioria dos alunos vinha de famílias com renda mais alta, desmentindo a ideia de que os menos favorecidos frequentavam predominantemente instituições privadas. Embora houvesse um número considerável de alunos de renda intermediária, os menos privilegiados ainda enfrentavam dificuldades de acesso ao ensino superior, não por falta de vagas, mas devido a problemas sociais e deficiências no ensino fundamental (MARTINS, 2002).

Sabe-se que existem diferenças distantes entre acesso e permanência nas escolas, Cruz (2021) elucida que acesso diz respeito ao direito dos cidadãos em poderem estudar garantindo seu ingresso por meio de matrícula, conforme escrito na LDB -Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-9394/1996 e que tem seu embasamento na Constituição Federal de 1988, no artigo 205: “A educação , direito de todos e dever do Estado e da família e incentivada com a colaboração da sociedade, visando a pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para do e exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.” (FEDERAL, 1988).

A inclusão de novos sujeitos no ensino superior foi facilitada por estratégias como o FIES e o PROUNI, que impulsionaram a expansão do ensino superior privado. No setor público, houve um aumento de vagas, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior, acompanhado pelo desenvolvimento de políticas de ação afirmativa, como as cotas, visando o acesso de diversas camadas sociais à universidade pública, com foco nos alunos que estudaram em escolas públicas (DIAS, 2016).

Quanto a permanência, essa refere-se à capacidade do estudante em manter-se na graduação até o término do curso, em toda sua totalidade e a aquisição do diploma de curso superior (CRUZ, 2021).

O ensino superior é uma forma de melhorar as oportunidades de emprego. No entanto, a alta taxa de desistência, especialmente entre alunos de baixa renda, contribui para a desigualdade social. Isso ocorre porque a desistência impede que esses alunos se beneficiem da transformação social que a educação superior pode proporcionar, perpetuando assim sua condição socioeconômica desfavorável (SILVA E SAMPAIO, 2022).

Ainda segundo Silva e Sampaio (2022), A evasão não afeta apenas os estudantes, mas também traz consequências econômicas, organizacionais e acadêmicas para as instituições de ensino. Economicamente porque a perda de alunos resulta em perda de receita, uma vez que as universidades muitas vezes recebem financiamento com base no número de alunos matriculados. Organizacionalmente porque a evasão afeta o gerenciamento de recursos como professores, salas de aula e laboratórios, que podem estar programados para uma quantidade específica de alunos. E academicamente porque a saída de alunos pode significar a perda de graduados potenciais e bem-sucedidos.

Para combater o abandono dos cursos no Ensino Superior e evitar a evasão é importante a implementação de políticas educacionais. No Brasil, há uma extensa base legal que apoia a implementação de políticas de assistência estudantil, abrangendo desde a Constituição Federal até leis ordinárias, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, Decreto nº 7.234/2010) e o Decreto nº 6.096/2007, que estabeleceu o Reuni. Essas leis têm como objetivo a redução da evasão, fornecendo assim base para medidas que incentivem a permanência dos alunos nos cursos (SILVA E SAMPAIO, 2022).

As ações de Assistência Estudantil são destinadas aos estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação e devem ser desenvolvidas pelas Ifes de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BORSATO, 2015, p. 103).

Assim, a universidade que promove uma educação transformadora deve ofertar uma formação abrangente tanto cultural quanto científica, preparando os indivíduos para suas vidas pessoais e profissionais. Ela também prepara os alunos para analisar criticamente o ambiente ao

seu redor, de forma construtiva, embasada no conhecimento científico, técnico e, especialmente, ético. GOMEZ, 2019)

A Educação superior indígena

Sabendo dos desafios da permanência estudantil, surgiu a dúvida sobre essa temática entre os estudantes indígenas, assim, este trabalho tem por objetivo apontar os principais desafios enfrentados pelos indígenas Xavantes em permanecer na Educação Superior.

A partir do final da década de 1990, a educação superior indígena foi colocada em pauta no Brasil, pois estava excluída das agendas governamentais. A Constituição Federal de 1988 representou uma mudança fundamental ao reconhecer oficialmente os direitos dos povos indígenas, incluindo o direito à educação escolar bilíngue e diferenciada. A entrada de estudantes indígenas no ensino superior foi facilitada por convênios entre a Funai e instituições privadas, além do ProUni. A criação de cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), e a oferta de vagas especiais em cursos regulares também contribuíram para esse processo(BERGAMASCHI et. al., 2018).

De acordo com a FUNAI, em 2003, durante os estágios iniciais da implementação de ações afirmativas nas universidades públicas, aproximadamente 1.300 indígenas estavam matriculados no ensino superior, com a maioria frequentando instituições privadas. Até então, as estratégias para ingressar e permanecer na universidade eram principalmente individuais e familiares, com a FUNAI sendo o principal órgão governamental a oferecer apoio financeiro. Em 2011, esse número aumentou para quase sete mil, incluindo estudantes de licenciaturas específicas e cursos regulares em universidades públicas e privadas. Esse crescimento rápido nas matrículas reflete o impacto das políticas de ação afirmativa, especialmente as cotas (PALADINO, 2012)

Paladino (2012) ressalta que a permanência dos estudantes indígenas na universidade requer um duplo sentimento de pertencimento - tanto acadêmico quanto étnico-comunitário. Isso significa que são essenciais tanto as ações e programas das instituições de ensino para apoiá-los, quanto o apoio familiar e as expectativas de sua comunidade de origem. As ações mais eficazes para incentivar a permanência dos estudantes indígenas na universidade incluem tutorias, apoio social e pedagógico, participação em projetos de pesquisa e extensão como estagiários ou

pesquisadores, realização de cursos e eventos para destacar a presença indígena na universidade e valorizar seus conhecimentos.

Atualmente, há um grande interesse na preservação da cultura indígena. Dentro dos diversos povos indígenas brasileiros, os Xavante se destacam como um dos maiores grupos. Principalmente, vivem em terras indígenas no estado do Mato Grosso, incluindo áreas como Areões, Chão Preto, Maraiwatsede, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, Sangradouro, Ubawawe e Wedezé (COSTA, 2014).

De acordo com Melchior (s. d) existem muitas lendas que descrevem a origem dos povos xavantes e uma das mais aceitas e reverenciada pelos anciãos é a do grande mar ou ÔWAWÊ e eles dizem “Os antigos Xavante se declaram provenientes do grande mar, ÔWAWÊ. Indicativo disso segundo eles afirmam, é o nome da cidade de Niterói, que interpretado significa: Lugar que pertence ao nosso povo.” (LACHNITT, 2003, p.05).

Um dos direitos reivindicado pelos povos indígenas na atualidade é acesso ao ensino superior. O aumento de acadêmicos indígenas nas universidades é evidente em comparação com anos anteriores, principalmente devido à Lei de Cotas de 2012, que facilitou seu ingresso em instituições públicas. No entanto, a presença indígena no ensino superior ainda não é claramente confirmada, pois sua notoriedade nas Instituições de Ensino Superior (IES) ainda é limitada (VIEIRA et. al. 2023).

2. Método

O estudo partiu da pesquisa bibliográfica que tem o “propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema” (GIL, 2010, p. 29).

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é apontar os principais desafios enfrentados pelos indígenas Xavantes em permanecer na Educação Superior, também foi necessário adotar a pesquisa explicativa pois essa tem a finalidade de identificar fatores que contribuem para a ocorrência de um determinado fenômeno. Já o instrumento de pesquisa aplicado foi a entrevista, essa técnica consiste na aplicação de perguntas por parte do pesquisador junto à população entrevistada (GIL, 2010).

Sendo assim, a entrevista foi aplicada no mês de fevereiro de 2024 junto à estudantes indígenas da etnia Xavante que estudam no ensino superior no município de Barra do Garças.

3. Resultados e Discussão

O mês de fevereiro de 2024, alguns estudantes indígenas que estudam no ensino superior em Barra do Garças (Mato Grosso) foram convidados a participar da pesquisa, três se dispuseram a responder a entrevista.

O primeiro entrevistado é um estudante do curso de Direito que está no terceiro período, afirma que é um desejo realizar um bom futuro para si, e vai contribuindo para a sua comunidade, promovendo a organização da sociedade Xavante, protegendo o território dos Indígenas Xavante. Por essas razões, optou pelo curso de Direito. Para ele o maior obstáculo que enfrenta tem relação com o idioma, já que o português não é sua língua nativa.

O segundo entrevistado é um estudante do curso de Fisioterapia, para ele as barreiras enfrentadas para se manter na faculdade são as questões linguísticas e financeiras. Ele enfatizou a importância de a Universidade respeitar a cultura dos Indígenas Xavante no Ensino Superior, incluindo a realização de seus rituais tradicionais.

O terceiro entrevistado foi um estudante do curso de Enfermagem, que optou por essa área para contribuir na resolução dos problemas enfrentados por sua comunidade, auxiliando o povo Xavante. Para alcançar esse objetivo, ele está consciente de que terá que superar desafios, como a barreira da língua. Além disso, ele também ressaltou a importância de valorizar a cultura e como as universidades podem contribuir para esse respeito.

A quarta entrevista foi realizada em uma Instituição de Ensino Federal em Barra do Garças, com dois alunos, um do curso de Tecnologia em Gestão Pública e o outro do curso de Administração. Cada aluno relatou suas dificuldades para permanecer nas Universidades.

O aluno do Curso do Gestão Pública diz que ele escolheu o curso, porque é gratuito, não paga e para trabalhar sua comunidade como na Funai e na Saúde dos Indígenas. A dificuldade

permanecer para concluir a graduação está relacionada com a locomoção, porque ele mora no outro estado em Goiás, município de Aragarças-GO, e muitas vezes não tem dinheiro para a passagem de ida e volta para casa, pois também tem outras contas para pagar, como aluguel, energia e água. E também falou sobre a desvalorização da cultura, pois quando ele vai para aldeia para seguir os rituais, ele fica com falta. Ele acredita que para ajudar aos estudantes Indígenas a permanecerem nas Universidades é preciso resolver muitas coisas.

Por fim o último entrevistado, o estudante do curso de Administração disse que é de outro município, Campinápolis (Mato Grosso) que fica a mais de 200 quilômetros de Barra do Garças, ele destacou que estudar na Universidade Pública era um sonho dele, principalmente por ser gratuito. Ele ainda está no começo do curso, mas disse que está preocupado em como irá permanecer para concluir a graduação, .

Depois das entrevistas podemos sintetizar que os três primeiros estudantes indígenas entrevistados destacaram que seus maiores obstáculos estão relacionados ao idioma português. Já os dois últimos estudantes Indígenas apontaram como problemas a língua, o financeiro, moradia, transportes e desrespeito com a cultura.

Além disso é importante ressaltar que Xavantes enfrentam vários desafios na busca pelo ensino superior, pois muitos deles vivem em aldeias distantes das cidades e têm dificuldade de acesso às instituições de ensino superior, eles também enfrentam falta de recursos financeiros para pagar as mensalidades acadêmicas, falta de vagas especiais para povos indígenas em algumas instituições de ensino e uma desvalorização da língua e da cultura desses povos.

Outro aspecto é que muitos povos nativos não têm acesso a uma educação básica de qualidade. Isso os deixa em desvantagem em comparação com outros alunos. Isso dificulta o ingresso deles na universidade. A falta de recursos pré-universitários específicos para os povos indígenas e a falta de apoio para se preparar para as hostilidades também dificultam o acesso destes estudantes ao ensino superior.

O povo indígena Xavante enfrenta preconceito e discriminação nas instituições de ensino superior. Isso pode impedir que esses alunos permaneçam na universidade. As instituições de

ensino superior deveriam comprometer-se com a inclusão e o respeito pela diversidade para garantir que estes jovens indígenas ingressem, permaneçam e concluam a universidade.

4. Conclusão

Portanto inúmeras dificuldades são encontradas no acesso e na permanência no Ensino Superior no Brasil. Então observa-se que a maior dificuldade dos povos indígenas Xavante na permanência na escola é a língua.

Nesse cenário o artigo apresenta algumas propostas de solução do problema como oficinas sobre o tema e ainda a inserção de tutores bilíngues que tenham conhecimento da língua materna e das línguas dos povos indígenas, especialmente os povos xavantes e que seja alocado nas unidades escolares dos territórios e nas zonas urbanas.

Diante do objetivo de aproximar o indígena do não indígena o trabalho atinge esse objetivo por apresentar uma solução de como se realizar essa aproximação.

Enfim se torna necessário a ação das autoridades competentes como o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual e Municipal de Educação para que em parcerias disponibilizem pessoas competentes para atuarem como tutores bilíngues e minimizem os problemas da língua enfrentados pelos povos originários, com destaque para o povo xavante, que tem grande maioria no município de Barra do Garças e cidades vizinhas.

5. Agradecimentos

Eu José Roberto Tsenhariwe Runhamri

Agradeço primeiramente a Deus e a meus país e todos professores.

E toda banca avaliativa.

Obrigado e boa noite a todos.

6. Referências

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, p. 37-53, 2018.
- BORSATO, Francieli Piva. A configuração da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina – UEL, 2015.
- COSTA, Bruno José Ferreira da; TENÓRIO, Thaís; TENÓRIO, André. A Educação Matemática no Contexto da Etnomatemática Indígena Xavante: um jogo de probabilidade condicional. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 28, p. 1095-1116, 2014.
- CRUZ, Edilson da Silva. Acesso e permanência: **fantasma da educação pública brasileira**. Disponível em <<https://www.pensaraeducacao.co.br/acess-permanencia>> Acesso em 24 set 2023.
- DIAS, Sonia Maria Barbosa; DA COSTA, Silvio Luiz. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de políticas educacionais**, v. 9, n. 17/18, 2016.
- FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.
- FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, **uma breve história: da colônia a República**. Revista Internacional de educação superior. V.3, n.2 p.401-416, 2017. Disponível em <<https://www.periodicos.sbu.unicampo.br/index.php>> Acesso em 18 out 2023
- GOMES, Valter, et.al. O ensino Superior no Brasil-**breve histórico e caracterização**. Ciência & Tópico. v. 42, n. 1, 2018. Disponível em <<https://periodicos.fundag.gov.br/cic/article/view/16477>> Acesso em 22 out 2023
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GÓMEZ, Magela RenyFonticiella. Políticas de permanência estudantil na educação superior contemporânea: a experiência da UTFPR-câmpus Medianeira. 2019.
- LACHINNIT, Georg. A Epopéia Xavante. 1.ed. Campo Grande: UCDB, 2003.
- MARQUES, Waldemar. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, n. 01, p. 69-83, 2013.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

MELCHIOR, Marcelo. A aldeia Xavante de Sangradouro-Mato Grosso-50 anos de Educação Indígena. Universidade de Dom Bosco. Campo Grande – MS (s. d) Disponível em <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcelo%20n.%20melchior.pdf> Acesso em 15 fev 2024.

PALADINO, Mariana. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 03, p. 175-195, 2012.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 603-631, 2022.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; DOS SANTOS SOUZA, Gustavo; FERREIRA, Eva Maria Luiz. Acadêmicos indígenas no ensino superior: apresentando trajetórias universitárias que contribuem para a afirmação étnica. **Tellus**, p. 255-278, 2023.